



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 135

11 a 15 de março de 2024



foto: AEN

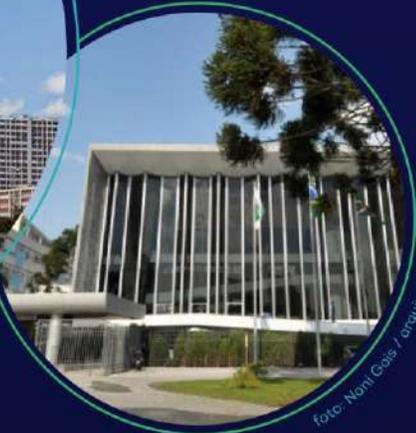


foto: Nanni Góis / Arquiteta ALEP



GOVERNO DO PARANÁ PROPÕE LEI DE SEGURANÇA HÍDRICA

PARANÁ VAI TRATAR DE SEGURANÇA HÍDRICA COMO POLÍTICA PÚBLICA

O governo do estado está apresentando uma iniciativa para tornar a segurança hídrica da agricultura no Paraná uma política pública. Na última terça-feira dia 12/03, o governo encaminhou um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa para criar o Programa Estadual de Segurança Hídrica na Agricultura, com a coordenação das atividades através do Sistema Estadual de Agricultura (Seagri). A proposta inclui a concessão de apoio econômico para agricultores familiares.

Recentemente, o governador Ratinho Junior (PSD) e o secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, lideraram uma delegação que visitou projetos e empresas especializadas em irrigação no Nebraska (EUA), um estado reconhecido por sua expertise nesse campo. Segundo o governo, a formalização da política pública é crucial para desenvolver medidas de prevenção e enfrentamento aos possíveis impactos gerados pelos eventos climáticos adversos, sejam naturais sejam resultantes das mudanças climáticas.

O programa tem como objetivos a implantação de práticas e procedimentos que disciplinem os usos múltiplos da água em mananciais públicos e a redução da escassez de recursos hídricos disponíveis para a população e para o setor produtivo em períodos de déficit hídrico. Também se propõe a implementação da tecnologia de proteção, recuperação e conservação dos recursos naturais, visando a melhoria do meio ambiente, consumo consciente de água, aumento da disponibilidade hídrica e melhoria da qualidade em seus atributos físicos, químicos e biológicos.



RECURSOS HÍDRICOS

O compromisso do Programa Estadual de Segurança Hídrica na Agricultura é garantir igualmente que, mesmo nos períodos de déficit hídrico, haja continuidade da produção agrícola, obtenção de renda pelo agricultor, abastecimento e segurança alimentar. A promoção de ações de educação ambiental também está entre os objetivos.

O Estado pretende utilizar como ferramentas para a realização das metas da política pública o zoneamento agrícola de risco climático; a fiscalização sanitária animal, vegetal e de uso do solo; a extensão rural; assistência técnica e pesquisa agrícola; os sistemas de informações agrícolas e climáticas; o seguro rural e a capacitação técnica.

O projeto tem previsão orçamentária estipulada. Nessa política, o Estado poderá conceder apoio financeiro aos beneficiários. Para agricultores familiares ou empreendedores rurais individuais, o montante da assistência não reembolsável terá limite de R\$ 40 mil, enquanto a parte reembolsável será limitada a R\$ 100 mil. No caso de beneficiários coletivos, organizações e cooperativas de agricultores familiares, a assistência não reembolsável terá um teto de R\$ 400 mil, enquanto a parte reembolsável estará limitada a R\$ 1 milhão.

O projeto foi protocolado na ALEP sob a identificação de PL 139/2024. A coordenação de Relações Institucionais da OCEPAR acompanhará toda a discussão.



Fonte: Agência Paraná.



SEMANA DE DISCUSSÃO DE PROJETOS IMPORTANTES NO CONGRESSO

DISCUSSÃO DE PROJETOS IMPORTANTES NO CONGRESSO

COMBUSTÍVEL DO FUTURO: A Câmara dos Deputados aprovou parecer do deputado Arnaldo Jardim (SP), presidente da Frencoop, sobre o PL 528/2020, do Combustível do Futuro. O projeto visa estabelecer um marco regulatório para incentivar e promover o etanol, o biodiesel e o biometano, com um papel central atribuído ao setor de agroenergia. Essa iniciativa marca um progresso significativo na promoção da transição energética no Brasil, proporcionando oportunidades para o cooperativismo. Além da produção de alimentos, os setores de soja, milho, cana-de-açúcar, proteína animal e outros devem se firmar cada vez mais como fontes de energia limpa, contribuindo para o avanço de uma economia com baixa emissão de carbono.

ACESSO DAS COOPERATIVAS A RECURSOS: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o parecer da sen. Teresa Leitão (PE) à emenda de Plenário ao PLP 262/2019, que dispõe sobre o acesso das cooperativas aos recursos dos FDNE, FDA e FDCO. O projeto é de autoria do Senador Paranaense Flávio Arns (PSB).

COMERCIALIZAÇÃO DO OURO: A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, também aprovou o substitutivo do sen. Jorge Kajuru (GO) ao PL 836/2021, que trata da comercialização e rastreabilidade do ouro. A aprovação do texto ocorreu logo após a audiência pública que contou com a participação do Sistema OCB.

A OCB tem acompanhado de perto a discussão dessas e outras matérias de interesse do coop.

Congresso Nacional:

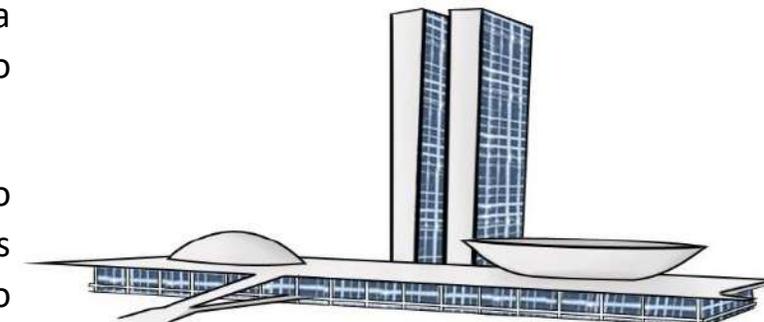


Imagem: Agência da Câmara.

PANORAMA COOP REPERCUTE COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na última semana, foi iniciada a instalação das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, no qual repercutimos aqui no informe 134 da Coordenação de Relações Institucionais. Ao contrário do Senado, onde o mandato dos presidentes possui a duração de dois anos, os deputados precisam eleger as presidências de todas as comissões temáticas anualmente.

Em parceria com a BMJ Consultores Associados, a OCB traçou o cenário político a partir da nova composição das comissões da Câmara e as perspectivas para o cooperativismo. A análise foi publicada no Panorama Coop desta semana, publicação periódica da OCB. O Panorama apresenta detalhes sobre o processo de escolha dos partidos e as comissões mais estratégicas para o cooperativismo.

A atenção do Sistema OCB está voltada para esta movimentação, para acompanhar de perto as discussões de pautas que impactam o nosso modelo de negócio como a regulamentação da reforma tributária e o aprimoramento dos marcos legais.

Confira mais detalhes da análise do : https://i.coop.br/Analise_Politica

Panorama COOP OCB:



Fonte: OCB.

